



PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO



PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 007/22 DE 15 DE SETEMBRO DE 2022.

“Revoga artigos e dispositivos da Lei Complementar nº 144/17 e dá outras providências.”

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PIRES DO RIO, no uso de suas atribuições legais e constitucionais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I
Disposições Gerais

Art. 1º. A Lei Complementar nº144/17 de 02 de outubro de 2017, que institui o Novo Código Tributário do Município de Pires do Rio e dá outras providências, passará a vigorar com as seguintes alterações revogando os seguintes dispositivos da Lei:

Seção II
Das Taxas de Serviços Urbanos
Subseção I
Das Disposições Gerais

Art. 236. A Taxa de Serviços Urbanos é devida pela prestação dos seguintes serviços:

~~I – Coleta e Remoção de Lixo; (Revogado)~~

~~II – Limpeza de lotes vagos e baldios;~~

~~III – Remoção de entulho.~~

~~§1º. A Taxa de Coleta e Remoção de Lixo tem como fato gerador, a utilização efetiva ou em potencial, dos serviços de limpeza pública, prestados aos contribuintes municipais ou postos à sua disposição. (Revogado)~~

~~§2º. Consideram-se serviços de limpeza pública, para efeito de lançamento e cobrança da taxa de que trata este artigo, as seguintes atividades executadas pelo órgão próprio do Poder Executivo, no âmbito do seu respectivo território: (Revogado)~~

“Conheça e divulgue a arte e a cultura de Goiás.”



~~I – A retirada periódica de lixo nos prazos e nas formas estabelecidas pelo órgão de limpeza pública, de imóveis de qualquer natureza ou destinação; (Revogado)~~

~~II – A destinação sanitária e ambiental dada ao lixo coletado. (Revogado)~~

§3º. A taxa incide sobre os imóveis edificadas e não edificadas, de qualquer natureza e destinação, beneficiados com os serviços efetivamente prestados ou postos à disposição do contribuinte.

§4º. Os serviços especiais, tais como limpeza de lotes vagos e remoção de lixo extra residencial e entulhos, somente serão prestados por solicitação do interessado.

§5º. Ocorrendo violação ao Código de Posturas, os serviços de que tratam o “caput” deste artigo serão prestados compulsoriamente, ficando o responsável obrigado a efetuar o pagamento da taxa devida e demais cominações legais.

Art. 2º. Os artigos 237, 238, 239 e 240 da Lei Complementar nº144/17 de 02 de outubro de 2017, que institui o Novo Código Tributário do Município de Pires do Rio e dá outras providências, passará a vigorar com as seguintes alterações revogando os seguintes dispositivos da Lei:

Subseção II Do Sujeito Passivo

Art. 237. O sujeito passivo da Taxa de Serviços Públicos Urbanos é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, do imóvel situado em logradouro ou via em que os serviços relacionados no artigo anterior sejam prestados ou postos à sua disposição.

Subseção III Base de Cálculo

Art.238. A base de cálculo da taxa é custo total das despesas com os serviços de coleta e remoção de entulho realizados pelo Poder Público Municipal, através de maquinário próprio ou locado a ser custeado pelos contribuintes beneficiados com este serviço de acordo com o artigo anterior.

Parágrafo único - Os critérios utilizados para a cobrança da taxa serão regulamentados por Ato do Chefe do Poder executivo.



Seção III
Do Lançamento e do Pagamento da Taxa
Subseção I
Do Lançamento

Art. 239. A Taxa será lançada anualmente em nome do contribuinte, com base no seu cadastro imobiliário.

Subseção II
Do Pagamento

Art. 240. A Taxa será paga de uma só vez ou em parcelas, através de pagamento via DUAM – Documento Único de Arrecadação Municipal

Seção III
Disposições Gerais

Art. 241. A remoção especial de lixo, assim entendida, a retirada de entulhos, detritos industriais, galhos de árvores e ainda a remoção de lixo realizada em horário especial por solicitação do interessado, aplicam-se as disposições contidas neste capítulo.

Parágrafo único. Ocorrendo violação às normas das posturas municipais, os serviços a que se refere o caput deste artigo serão prestados compulsoriamente, ficando o responsável obrigado ao pagamento do custo correspondente.

Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor no prazo de 90 (noventa) dias, contados de sua publicação, produzindo efeitos somente a partir do primeiro dia do exercício fiscal seguinte àquele em que der sua publicação, revogando as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, ESTADO DE GOIÁS, 15 de setembro de 2022.


Maria Aparecida Marasco Tomazini
Prefeita Municipal



JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ilustres Vereadoras e Vereadores,

O Projeto de Lei Complementar incluso, que ora se faz encaminhar a essa Casa de Leis, para apreciação e deliberação, que *“Revoga artigo e dispositivos da Lei complementar nº144/17 e dá outras providências.”*

Visando a implementação dos exigências contidas na Lei Federal nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007 (Marco Legal do Saneamento), com as alterações inseridas pela Lei Federal nº 14.026, de 15 de julho de 2020, passou a prever em seu artigo 35 a obrigatoriedade da cobrança dos serviços públicos que compreendem a coleta, remoção, transporte, tratamento e/ou destinação final dos resíduos sólidos domésticos ou a estes equiparados, sob pena de configuração de renúncia de receita por parte do gestor municipal (§ 2º).

Outrossim, em 14 de junho de 2021, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) editou a Norma de Referência nº 01, com parâmetros para a cobrança pela prestação do Serviço Público de Manejo de Resíduos Sólidos Urbanos (SMRSU), por meio de taxa ou tarifa.

Vale ressaltar que o artigo 145, II, da Constituição Federal assegura a competência administrativa dos Municípios para a instituição de *“taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição”*.

Além disso, o Supremo Tribunal Federal se pronunciou sobre a constitucionalidade da cobrança de taxa pela prestação dos serviços públicos de coleta, remoção, transporte, tratamento e/ou destinação final dos resíduos sólidos, conforme Súmula Vinculante nº 19:

“Conheça e divulgue a arte e a cultura de Goiás.”



Súmula Vinculante 19. A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, não viola o artigo 145, II, da Constituição Federal.

Nesse contexto, visando em momento oportuno dar cumprimento à legislação federal, assegurar recursos para a prestação eficiente dos mencionados serviços públicos e contribuir para mitigar os efeitos ambientais do descarte dos resíduos sólidos, mas sem descuidar do tratamento diferenciado à população mais carente (por meio da taxa social e das isenções), justifica-se a edição do presente Projeto de Lei Complementar fazendo as alterações necessárias legais.

Certo da aprovação da matéria como apresentada, pela sua necessidade, constitucionalidade e legalidade, SOLICITAMOS a apreciação e aprovação por esta íclita Câmara Municipal, em caráter de URGÊNCIA URGENTÍSSIMA deste projeto de lei haja vista o princípio da anterioridade nonagesimal a ser respeitado; valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência, bem assim a todos os Vossos Ilustríssimos pares, que compõem esse Augusto Poder Legislativo, os meus mais sinceros votos de real estima e particular apreço.

Atenciosamente,



Maria Aparecida Marasco Tomazini
Prefeita

Exmo. Senhor Vereador,
Denilson Eymard de Castro
Presidente da Câmara Municipal de Pires do Rio/GO